

**RECUPERAÇÃO E RESISTÊNCIA
NA PRISÃO: UM ESTUDO SOBRE
RESSIGNIFICAÇÕES DE CULTURAS E
SUBJETIVIDADES¹**

*RECOVERY AND RESISTENCE IN PRISON: A
STUDY OF RESIGNIFICATIONS OF CULTURES AND
SUBJECTIVITIES*

*RECUPERACIÓN Y RESISTENCIA EN LA CÁRCEL:
UN ESTUDIO SOBRE RESIGNIFICACIONES DE
CULTURAS Y SUBJETIVIDADES*

Revista ALCANCE

Eletrônica

ISSN: 1983-716X

Disponível em: www.univali.br/periodicos

v. 21; n. 01

Jan./Mar.-2014

Doi: [alcan.v21n1.p25-45](https://doi.org/10.15406/alcan.v21n1.p25-45)

Submetido em: 28/06/2013

Aprovado em: 25/02/2014

CLARA LUÍSA OLIVEIRA SILVA¹ | LUIZ ALEX SILVA SARAIVA²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as relações entre cultura organizacional e produção de subjetividade em uma instituição total. Baseando-se em uma estratégia de pesquisa qualitativa, foi realizado um estudo de caso em um centro de ressocialização feminino. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, sendo a análise francesa do discurso a técnica adotada para tratamento do material obtido nos processos dialógicos. Os principais resultados sugerem que a cultura é, portanto, inserida numa esfera de produção de modos normalizados de o sujeito ser e se relacionar. Todavia, no espaço social do centro de ressocialização feminino, compreendeu-se que os sujeitos resistem às tentativas de mobilização e controle de suas produções de sentidos, ou, de outro modo, foram identificadas algumas táticas subversivas aos princípios constituintes do que se chamaria de ordem social na organização pesquisada, bem como algumas táticas de oposição do sujeito às condições do seu próprio aprisionamento.

Palavras-chave: Cultura Organizacional. Subjetividade. Instituição Total.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the relationship between organizational culture and the production of subjectivity in a total institution. Based on a qualitative research strategy, we conducted a case study in a social rehabilitation center for women. Data were collected through semi-structured interviews and French discourse analysis, a technique adopted for the analysis of material obtained in dialogical processes. The main results suggest that culture is inserted in a sphere of production of standardized modes of the

¹ Mestre, Universidade Federal de Ouro Preto, claralasilva@yahoo.com.br.

² Doutor, Universidade Federal de Minas Gerais, saraiva@face.ufmg.br

subject being and relating. However, in the social space of the female social rehabilitation center, it was understood that the subjects resist attempts to mobilize and control their productions of meanings, or to put it another way, some tactics were identified that are subversive to the constituent principles of what would be called social order in the organization researched, as well as some of the tactics of opposition of the subject to the conditions of her own imprisonment.

Keywords: Organizational Culture. Subjectivity. Total Institution.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar las relaciones entre cultura organizacional y producción de subjetividad en una institución total. Basado en una estrategia de investigación cualitativa, fue realizado un estudio de caso en un centro de resocialización femenino. Los datos fueron recolectados por medio de entrevistas semiestructuradas y el análisis francés del discurso fue la técnica adoptada para el tratamiento del material obtenido en los procesos dialógicos. Los principales resultados sugieren que la cultura está inserta, por lo tanto, en una esfera de producción de modos normalizados de ser y de relacionarse el sujeto. Sin embargo, en el espacio social del centro de resocialización femenino se comprendió que los sujetos resisten a las tentativas de movilización y control de sus producciones de sentidos, o dicho de otro modo, se identificaron algunas tácticas subversivas a los principios constituyentes de lo que se llamaría orden social en la organización estudiada, así como algunas tácticas de oposición del sujeto a las condiciones de su propio aprisionamiento.

Palabras clave: Cultura Organizacional. Subjetividad. Institución Total.

INTRODUÇÃO

E SPAÇOS sociais particulares da experiência humana, as organizações são lugares enraizados no simbólico, que se assenta sobre “um mundo de signos, de imagens, de metáforas, de emblemas, de símbolos, de mitos e de alegorias” (CHANLAT, 1996, p. 30). Como sustentam Saraiva e Carrieri (2007), para além das dimensões formalmente estabelecidas, pululam, no contexto das organizações, aspectos ditos não-objetivos, não-rationais. Em outras palavras, nas organizações, existe um “mundo simbólico” constituído por signos, seus significados, aspectos explícitos e implícitos. Quem constrói esse “mundo simbólico” é um sujeito reflexivo (GONZÁLEZ REY, 2003), um sujeito que, embora se constitua a partir de suas condições de vida social, não se torna efeito linear de nenhuma dessas condições, já que possui a capacidade de romper com os limites imediatos que o contexto social parece impor. Ou, de outra forma, pode posicionar-se de maneira ativa e criativa no âmbito dos diferentes espaços sociais, tornando-se, assim, um agente de transformação de si mesmo e do mundo em que vive.

Grande parte da motivação para esta pesquisa surgiu quando da leitura de “Manicômios, Prisões e Conventos”, de Erving Goffman (1961). Nesse trabalho, Goffman (1961) discorre a respeito de um tipo peculiar de grupamento humano, qual seja, a instituição total, um espaço social que, no geral, seria constituído por processos de mobilização de subjetividades, por processos que denotam uma espécie de ataques ao eu, de desfiguração ao eu. Ora, quer dizer que, se se trata de instituições totais, a dimensão formal e racional é imperiosa, não deixando espaço para o sujeito reflexivo com potencial para, mesmo diante das estruturas e dos processos de mortificação, (re)criar (e não reproduzir sob imposição) as percepções que tem de si próprio e do mundo? Elegeu-se a cultura organizacional como uma categoria analítica a fim de investigar os aspectos que permeiam essa questão incômoda, a qual se sustenta, em linhas gerais, na discussão sobre a produção (e controle) da subjetividade nas organizações. Desse modo, neste artigo, o objetivo é analisar as relações entre cultura organizacional e produção de subjetividade em uma instituição total.

Asilos, sanatórios, quartéis, prisões, conventos e mosteiros, são todos exemplos de instituições totais (GOFFMAN, 1961). Sabendo da necessidade de precisar o *locus* de pesquisa, deixando-o mais específico, o olhar, no correr desse estudo, direcionou-se para as prisões, lugares em que se executam as penas de privação da liberdade daqueles sujeitos que transgrediram alguma espécie de lei estabelecida socialmente. Um centro de ressocialização feminino foi a unidade empírica escolhida para a realização de um estudo de caso (STAKE, 1978; EISENHARDT, 1989; YIN, 2005), sendo as pessoas que trabalham em tal centro de ressocialização, bem como as mulheres que lá cumprem pena privativa de liberdade, os sujeitos considerados nesta pesquisa, que se caracteriza por apresentar uma estratégia metodológica de cunho qualitativo (CHIZZOTTI, 2005).

Este artigo está dividido em seis partes, incluindo esta breve introdução. Na segunda parte, apresenta-se uma discussão sobre cultura e subjetividade, os dois eixos teóricos da pesquisa. Na seção “A prisão e seus ‘aprisionamentos’ e rupturas”, procurou-se problematizar a relação entre os discursos produzidos e os mecanismos disciplinares utilizados no espaço social de encarceramento destinado aos que transgrediram leis. As escolhas metodológicas que configuraram este trabalho são apresentadas na quarta parte, que precede à análise dos dados coletados e às considerações finais.

DAS RELAÇÕES ENTRE CULTURA E SUBJETIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES

Prisões psíquicas. Esta metáfora é utilizada por Morgan (1996) para aludir à natureza psíquica das organizações, à circunstância de estas serem criadas e mantidas mediante processos conscientes e inconscientes capazes de engendrar imagens, ideias, pensamentos e ações que confinam ou aprisionam as pessoas. Gabriel (1995), por sua vez, fala de terrenos “não colonizados”, “não controláveis” para se referir à existência da chamada “organização não gerenciável”, em que as

atividades realizadas pelo indivíduo e seu grupo são permeadas, em grande medida, pela ansiedade, pelos desejos, enfim, por emoções de caráter diverso. Sejam prisões psíquicas (MORGAN, 1996), sejam terrenos “não gerenciáveis” (GABRIEL, 1995), o que está latente nessas duas elaborações teóricas envolve toda uma discussão que se relaciona a uma das temáticas desse estudo, a questão da subjetividade nas organizações. Mas, afinal, o que é subjetividade?

Sustentado em bases epistemológicas e metodológicas que não se prendem às dicotomias do individual e social, ou do interno e externo, o enfoque histórico-cultural que, inclusive, é adotado nesse trabalho, concebe a subjetividade como uma produção de sentidos constituída por momentos de integração, tensão, contradição e ruptura entre os elementos individuais e sociais. Distante de tudo que remeta ao invariante universal, ao que permanece estático no tempo ou ainda “fora de contexto”, a subjetividade, à luz do enfoque histórico-cultural, se afigura, por conseguinte, como uma produção de sentidos histórica e contextualmente localizada (GONZÁLEZ REY, 2009). O cerne da concepção de sujeito, de acordo com González Rey (2003), reside no que é atinente à ideia de reorganização da vida, de opção criativa do sujeito no processo de produção de sentidos. Desse modo, o sujeito é reflexivo e, frente à proliferação de situações de fragmentação, em vez de se colocar em relevo teorizações típicas próximas à noção de “morte do sujeito”², o que se assoma são teorizações a respeito dos múltiplos níveis de desenvolvimento do sujeito. Afirma-se que os sujeitos se relacionam em um dado espaço social, e dessas interações surge um conjunto de manifestações culturais, mais precisamente crenças, valores, ritos, rituais, cerimônias, sagas, heróis, estórias, lendas, tabus, normas, conjunto tal que enseja sentidos produzidos “sobre” e “naquele” contexto social.

Vale-se, aqui, do pressuposto de que a cultura é uma produção social (MORGAN, 1996; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010). A propósito, entende-se que a própria organização é um fenômeno cultural criado e mantido socialmente (MORGAN, 1996). Nesse estudo, foge-se da concepção de viés funcionalista que caracteriza muitas das pesquisas sobre cultura nos espaços sociais das organizações e, desse modo, o texto adere a uma noção de cultura como metáfora, isto é, como algo inerente a todos os processos organizacionais, como algo que se constrói pelo expressar humano, pelas interações entre os sujeitos, e que não é passível de mensuração ou manipulação ao “gosto do cliente” (SMIRCICH, 1983a; SMIRCICH, 1983b; AKTOUF, 1994). Desenvolvidas no decorrer das interações entre diferentes sujeitos historicamente constituídos, as manifestações culturais em uma organização conformam uma espécie mosaico cultural, pois, não obstante se relacionarem, se entrecruzarem, não constituem algo homogêneo (MORGAN, 1996; MARTIN; FROST, 2001; CARRIERI; LEITE-DA-SILVA, 2010). Portanto, concorda-se com Carrieri e Leite-da-Silva (2010) quando defendem a existência de culturas e não de uma cultura apenas nos espaços sociais de uma organização.

Neste momento, é preciso explicitar as possíveis relações entre esses dois principais eixos teóricos da pesquisa, cultura e subjetividade. Primeiro, na medida

em que desempenha a função de agenciadoras de sentidos e significados (FREITAS, 1997), poder-se-ia afirmar que manifestações culturais produzem sentidos subjetivos. Continuando o raciocínio, a cultura configura-se como uma espécie de institucionalização da magia, constrói-se uma dimensão simbólica (com heróis que tornam o sucesso possível, com ritos de consagração, por exemplo) de maneira a criar um *completeness sense*, que, em maior ou menor grau, atua diretamente no imaginário dos sujeitos, “moldando-lhes” os pensamentos (FREITAS, 2002).

Ainda neste debate, é possível apelar para as reflexões empreendidas por Enriquez (1997; 2000), principalmente quando afirma que a organização pode criar um imaginário que se mostra enganador quando tenta prender os sujeitos nas “armadilhas dos seus próprios desejos de afirmação narcisista [...] na medida igualmente em que a organização lhes garante suas capacidades em protegê-los do risco de quebra de sua identidade, da angústia de desmembramento” (ENRIQUEZ, 1997, p. 35). O desenvolvimento de um imaginário enganador propicia as condições, no contexto organizacional, para a criação de um mito coletivo ou uma ideologia, sendo que, desse modo, os valores, consoantes às visões de mundo defendidas e propagadas como as corretas, são incorporados (introjetados) de maneira a impedir, portanto, a individuação (ou singularização) do sujeito (ENRIQUEZ, 2000).

Até aqui, pelo que se depreende, cultura realmente ajuda a construir subjetividade. Mas, até que ponto essa construção corresponde, única e exclusivamente, aos ditames de uma racionalidade organizacional? Nesse caso, é pertinente reconhecer a questão de que o preceito da univocidade passa longe quando se trata da produção e do consumo dos simbolismos nas organizações, isso porque a manifestação do simbólico incorpora distintas possibilidades de interpretação ou, de outro modo, “[...] existe uma dinâmica simbólica associada à forma como os distintos grupos organizacionais percebem, interpretam e se apropriam dos signos existentes” (SARAIVA; CARRIERI, 2010, p. 211). Mais precisamente, embora haja uma intencionalidade por parte dos que gerenciam as organizações quando da elaboração e da implementação de processos, práticas e ferramentas que procurem mobilizar as subjetividades das pessoas, acredita-se que estas últimas constroem modos de ser e se relacionar que não se restringem ao que é prescrito como normal ou regular em dado contexto organizacional (SARAIVA; CARRIERI, 2010).

Pode-se dizer ainda, tomando por base o aporte teórico de Gonzalez Rey (2003), que o sujeito está implicado nas possibilidades de ruptura dos limites impostos nos espaços sociais. Sendo capaz de gerar, em diferentes momentos (e espaços sociais) de sua trajetória, espaços próprios de subjetivação, o sujeito está além das normas sociais e, portanto, dos processos (ou políticas, práticas) que se chamaria de totalizantes ou de mobilizadores de modos de ser e se relacionar. Com isso se quer ressaltar que, embora o sujeito se constitua a partir de suas condições de vida social, não se torna efeito linear de nenhuma dessas condições. Isso porque produz sentidos subjetivos alternativos aos princípios e às normas que limitam a expressão das pessoas,

caracterizando uma espécie de tensão entre produções de sentidos e o que se toma como socialmente reconhecido (GONZÁLEZ REY, 2003). Reconhecer que os sujeitos, em sua processualidade reflexiva, são capazes de romper com os limites imediatos que o contexto social parece impor (GONZÁLEZ REY, 2003) permite entrever uma relação inversa entre os construtos cultura e subjetividade, isto é, as configurações subjetivas individuais (ou singulares) (re)criando produções sociais como a cultura.

A PRISÃO E SEUS “APRISIONAMENTOS” E RUPTURAS

Incluídas na categoria de instituição total, as prisões “são estufas para mudar as pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 1961, p. 22). As instituições totais são espaços sociais reconhecidos pela existência de processos, práticas e procedimentos que denotam uma espécie de ataques ao “eu”, de desfiguração e profanação do “eu” (GOFFMAN, 1961).

Como surgiu a prisão? Quando o assunto se refere à concepção e à história das prisões, já é de praxe se amparar nas considerações presentes no livro de Foucault (1977), “Vigiar e Punir”, pelo fato de abarcar uma análise do desenvolvimento do sistema punitivo ao longo dos tempos, uma descrição pormenorizada do que condicionou uma espécie de “evolução” na “arte de fazer sofrer”.

Em linhas gerais, Foucault (1977) procura defender a ideia de que a emergência da pena de prisão corresponde ao período em que os mecanismos institucionais que davam forma e faziam funcionar uma sociedade de soberania foram reajustados a fim de fazer valer as premissas de uma sociedade disciplinar, de vigilância. Explicando de maneira mais detida, no final do Século XVIII e início do Século XIX, no bojo de transformações sociais e econômicas, está a noção de um novo tipo de exercício de poder, um poder capilarizado, que atravessa todo corpo social, diferente, portanto, do conceito de poder como algo centralizado e, muitas vezes, personificado na figura do monarca (FOUCAULT, 1977; 1992).

O patíbulo e todo o teatro punitivo dão lugar, assim, ao cumprimento das penas em “[...] uma grande arquitetura fechada, complexa e hierarquizada que se integra no próprio corpo do estado” (FOUCAULT, 1977, p. 103). O encarceramento do criminoso nessa arquitetura se afigura como um dos marcos concretos da passagem da punição nos moldes dos regimes monárquicos à vigilância da sociedade disciplinar, em que o exercício do poder se desvincula do conceito negativo de repressão, de total apropriação, para se alinhar aos aspectos do que seria classificado como adestramento ou domesticação dos corpos para determinados fins. Na sociedade disciplinar e, especificamente, na organização prisão, mediante aos dispositivos disciplinares, canalizam-se as forças dos corpos no intento de que estes se tornem dóceis e produtivos.

A prisão passou a ser o lugar dos que cometeram atos desviantes ou criminosos, um lugar entre o mundo da criminalidade e o restante do mundo social (CUNHA,

2010). O discurso fundador do sistema prisional, embora se eleve a partir das promessas de reinserir o indivíduo na sociedade, de transformá-lo em cidadão, leva a cabo contínuos processos que atuam de maneira a afirmar e reafirmar a condição do sujeito como um desalojado social, como um delinquente (CASTRO, 1991; SEQUEIRA, 2006; CUNHA, 2010).

A prisão, conforme Lira e Carvalho (2002), em vez de espaço social para a ressignificação de condutas, espaço para a reedição de histórias e de projetos de vida, é um lugar em que os elementos materiais e de construção simbólica têm lastro nos chamados processos de mortificação, elencados por Goffman (1961). Esses aspectos comprometem a estruturação subjetiva do encarcerado, provocando o seu (des)sujeitamento, isto é, a perda de muitos dos referenciais, os quais não são substituídos por outros. Sequeira (2006), então, sugere a metáfora do “estrangeiro” como adequada para representar o indivíduo criminoso, pois este é o desconhecido (e/ou desconsiderado) pelos outros, e é o desconhecido por si mesmo, já que ocorre a (ou pelo menos, empreende-se uma tentativa de) apropriação de todos os aspectos de sua vida, o completo aprisionamento de seu ser.

Mas, os sujeitos usam de alguns artifícios quando do enfrentamento dos processos de mortificação e do intrincado jogo de relações sociais na prisão. Certeau (1998) apresenta os conceitos de estratégia e táticas, elementos que podem substanciar os processos de entendimento acerca do cotidiano em uma organização prisional. Estratégia é o cálculo das relações de forças que se tornam possíveis no instante em que um sujeito de querer e poder mostra-se como isolável das exterioridades. Em outros termos, refere-se a uma ação que se origina de um lugar próprio, circunscrito pelas relações de dominação. As táticas, por sua vez, são ações que se configuram a partir da ausência de um próprio, isto é, têm por base o lugar do outro, o lugar que é imposto. Nesse sentido, as táticas são contextuais e oportunistas, delimitadas pelas possibilidades de ganho em um lugar do outro. A concepção das táticas repousa no pressuposto do que Certeau (1998, p. 101) chama de “ausência de poder”, ao passo que as estratégias se organizam mediante os postulados de poder. As táticas remetem, pois, à “[...] hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (CERTEAU, 1998, p. 102).

As palavras de Aguirre (2009, p. 35) sintetizam a essência da realidade que parece ser construída nos espaços prisionais. Para ele, as prisões são, de maneira concomitante, “[...] instituições que representam o poder e a autoridade do Estado; arenas de conflito, negociação e resistência; espaços para a criação de formas subalternas de socialização e cultura; poderosos símbolos de modernidade (ou ausência dela) [...]”. São, por conseguinte, um complexo e adequado objeto para pesquisas nos estudos organizacionais, conforme a próxima seção.

METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo de analisar a relação entre cultura organizacional e produção de subjetividade em uma instituição total, optou-se por uma abordagem qualitativa, baseada na técnica do estudo de caso. Em uma pesquisa qualitativa, como esta, os esforços se voltam para uma compreensão acerca da natureza particular dos fenômenos (ou dos objetos) e das relações que estabelecem, sendo tal natureza delimitada por algumas regularidades, mas, também (e principalmente), pela complexidade, pelas inconstâncias e contradições (GODOY, 1995; CHIZZOTTI, 2005). Portanto, a estratégia qualitativa se mostra adequada ao oferecer sustentação ao objetivo de analisar as dinâmicas imbricadas, por exemplo, nas relações entre os aspectos simbólicos de uma espacialidade, as memórias, as significações culturais a ela vinculadas e os sentidos que nela e sobre ela são produzidos.

Sobre a técnica escolhida, o estudo de caso, pode-se dizer que se caracteriza pela investigação profunda de fenômenos contemporâneos inseridos em determinado contexto da realidade, principalmente quando os limites entre fenômeno e contexto assumem contornos pouco discerníveis (YIN, 2005). Torna-se, assim, adequada quando o pesquisador busca a compreensão das dinâmicas presentes em contextos singulares (EISENHARDT, 1989), ou quando as descrições são complexas e abrangem uma miríade de elementos (STAKE, 1978).

O estudo de caso foi levado a cabo em um centro de ressocialização, de acordo com a classificação dos espaços prisionais. Mais precisamente, foi realizado na unidade feminina do Centro de Reintegração Social Franz de Castro Holzwarth da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), da cidade de Itaúna, em Minas Gerais. Esta é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, cujos intentos precípuos são "Recuperar o Preso", "Proteger a Sociedade", "Socorrer a Vítima" e "Promover a Justiça" (OTTOBONI, 2001). Inaugurada em 26 de julho de 2002, nas mesmas instalações onde outrora funcionava a APAC masculina, a APAC feminina, na época de realização dessa pesquisa, abrigava cerca de 30 mulheres ou, melhor dizendo, 30 recuperandas³, as quais cumpriam suas sentenças nos regimes fechado, semiaberto e aberto. A equipe responsável pela gestão da organização pesquisada compõe-se de uma gerente administrativa, uma secretária executiva, uma tesoureira, um inspetor de metodologia e um advogado. Quatro mulheres ainda ocupam o cargo de plantonista, exercendo, pois, as atividades de vigilância e custódia das mulheres que cumprem pena na APAC feminina.

Da segunda quinzena de setembro à primeira quinzena de novembro do ano de 2012 foi o período abarcado pela coleta de dados, a qual se baseou, prioritariamente, na técnica de entrevista semiestruturada. De maneira geral, os temas dos processos dialógicos recaíram sobre as relações e os modos de vida construídos pelos sujeitos dentro e fora do cárcere. No caso, tais sujeitos foram as pessoas que trabalham na APAC feminina, membros da equipe dirigente e da equipe de plantonistas e os sujeitos que vivem na APAC feminina, as mulheres que cumprem pena de prisão.

Ao todo, foram realizadas 26 entrevistas, em média com cerca de 50 minutos cada, tendo todas elas sido gravadas e, posteriormente, transcritas.

A investigação presente está sustentada na premissa de que, por meio das práticas discursivas, compreender-se-á a produção de sentidos que se desenvolve na dinâmica das relações sociais historicamente constituídas e culturalmente localizadas (SPINK; MEDRADO, 1999). Destarte, a fim de interpretar o material coletado, adotou-se a técnica de análise do discurso, em sua vertente francesa (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004; MAINGUENEAU, 1998). De posse da transcrição integral de todas as entrevistas, realizou-se a leitura desse material e, em seguida, foram destacados alguns fragmentos discursivos, baseando-se, para tanto, em categorias que se referem aos construtos cultura organizacional e subjetividade. Empreendeu-se, assim, a análise de tais enunciados discursivos tendo em vista a sistemática de identificação: (i) dos principais aspectos da análise lexical; (ii) dos temas e das figuras (explícitos e implícitos); (iii) dos principais percursos semânticos estruturados a partir dos temas e figuras; (iv) dos aspectos interdiscursivos; (v) dos aspectos da sintaxe discursiva; (vi) dos aspectos refletidos e refratados nos discursos; (vii) das condições de produção dos discursos; (viii) dos principais discursos presentes no texto; (ix) dos aspectos ideológicos defendidos e combatidos nos discursos; (x) da posição do discurso hegemônico em cada um dos textos, em relação aos discursos hegemônicos na sociedade em que eles se situam.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Do material coletado nas entrevistas, foram escolhidos fragmentos discursivos que conformaram as seguintes categorias discursivas: a) APAC: presídio, centro de recuperação social, clínica de recuperação; b) Permanecendo (ou não) na APAC; c) A APAC e um de seus simbolismos: o “dia da reflexão”, a seguir discutidos.

APAC: presídio, centro de recuperação social, clínica de recuperação

Smircich (1983b) disse que a análise das organizações como culturas demanda a apreensão dos sentidos que os diferentes sujeitos conferem aos conjuntos de distintas ações, objetos, eventos, expressões, todos imbricados em dado espaço social. Quais os sentidos envolvidos na dinâmica de ações e relações sociais na APAC? A partir dos enunciados (001), (002), os quais são construídos por mulheres que cumprem pena no espaço social APAC, pode-se asseverar que um desses sentidos relaciona-se ao discurso da recuperação.

(001) [...] APAC é bom por um lado porque é, como vou explicar, é porque é mais tipo uma clínica, a gente está aqui para recuperar. Ninguém está aqui para julgar ninguém. Porque na cadeia só te julgam, e aqui não, aqui você está só para recuperar. Então aqui, pra mim, é uma clínica de recuperação. Melhora quem quiser né [...] (E3).

(002) A APAC é um centro de recuperação para pessoas condenadas. E a APAC transmite para a gente amor, união. Ajuda a gente no que pode. A gente também tem que querer a mudança de vida. E é um centro de recuperação social, aonde trabalha também com a família da gente. Faz a união da família. Mostrando o amor. A gente está em recuperação, e só não recupera quem não quer, dentro da APAC. Eu acho que tinha que existir só a APAC e não presídio né. Porque o mundo ia melhorar demais. Porque o mundo ia melhorar demais. Não ia ter tanta violência igual tem. Porque quando você sai da cadeia, você sai mais revoltada. E aí você sai e não tem experiência nenhuma, e, por exemplo, aqui que eu tô fazendo essas sandalinhas, então eu posso sair daqui com uma experiência, então posso ir para uma fábrica, bordar, trabalhar. Agora, um traficante que vai ficar quase a vida inteira na cadeia, vai sair de lá e vai fazer o que? Vai voltar a traficar de novo. Não tem aquele ânimo, não tem aquela disposição. Eu imagino isto. E então aqui na APAC se a pessoa quiser mudar, ela muda. E agora na cadeia, ninguém sai com um plano de mudança. Eu acho que sai de lá é com mais raiva (E5).

Especificamente em (001), a enunciadora, ao comparar explicitamente a APAC com uma “clínica de recuperação”, sugere a perspectiva da reabilitação para a construção da imagem da organização pesquisada. Em (002), a ideia de recuperação parece advir, primeiramente, do tratamento conferido ao sujeito que cumpre pena e a sua família. São alusivos a este respeito as seguintes seleções lexicais: “E a APAC transmite para a gente amor, união. Ajuda a gente no que pode”; e, “Faz a união da família. Mostrando o amor.” Ademais, para E5, o que contribui para enunciação da recuperação nos domínios da APAC seria a consecução de atividades laborativas, pelo fato de se acreditar que a mesma viabilizaria, mais facilmente, a futura reinserção social do sujeito. Nos dois referidos discursos, seja de maneira implícita ou explícita, as enunciadoras defendem, então, a APAC como o espaço social adequado ao cumprimento de penas privativas de liberdade, haja vista as condições que ali são viabilizadas para a recuperação dos sujeitos.

Os fragmentos discursivos (003) e (004) aludem aos sentidos que os sujeitos que trabalham na APAC conferem à semelhante organização. A enunciadora de (003) constrói alguns discursos a respeito da APAC que, de maneira geral, abarcam os temas da “dignidade”, “mudança”, “trabalho”, “família”, “formação” (a partir do léxico “estudo”), “disciplina” (a partir de “questão disciplinar”), do “conforto” (a partir de “hotel cinco estrelas”), da “reincidência”, da “livre escolha” (“livre arbítrio”).

(003) [...] a APAC ela é baseada em 12 elementos, e um deles eu vejo como muito importante, por exemplo, a família, o apoio da família, então tem o trabalho com a família né. O trabalho, a importância de uma recuperanda aqui tomar gosto pelo estudo, pelo trabalho né. Eu acho que isso aqui está refletindo muito positivamente, principalmente na questão disciplinar. Porque se elas estão trabalhando o dia todo, se elas têm uma meta a cumprir, isso sobra menos tempo pra fofoca, pra confusão, pra briga, pra ficar falando sobre o mundo do crime, pra ficar falando sobre drogas. Tá certo?! Outro fato muito positivo também é a questão das reuniões de cela, das aulas de valorização humana, terapia da realidade. Elas não estão aqui em um hotel cinco estrelas, não. Elas estão aqui pra cumprir pena. Então, essas terapias

da realidade fazem com que, muitas das vezes, elas passem um dia de reflexão, às vezes, mais deprimida, chorando. Por quê? Porque fazem elas enxergar o que que eu tô fazendo aqui, o que que eu fiz da minha vida, e quais os sonhos que eu tenho pra minha vida a partir de agora. [...] (E25).

Um dos discursos presentes no fragmento discursivo (003) é o do controle, especificamente, do controle sobre os sujeitos que cumprem pena. O trabalho é enunciado como um mecanismo de imposição da disciplina, demarcando, inclusive, o domínio daquele primeiro sobre a dimensão subjetiva das recuperandas. Pressupõe-se esse tal “domínio da dimensão da dimensão subjetiva” a partir da seleção lexical: “O trabalho, a importância de uma recuperanda aqui tomar gosto pelo estudo, pelo trabalho, né? Eu acho que isso aqui está refletindo muito positivamente, principalmente na questão disciplinar. Porque se elas estão trabalhando o dia todo, se elas têm uma meta a cumprir, isso sobra menos tempo pra fofoca, pra confusão, pra briga, pra ficar falando sobre o mundo do crime, pra ficar falando sobre drogas”. Assim, por esta fala de E25, entende-se que as atividades laborativas contribuiriam para suscitar padrões de sociabilidade respaldados pela APAC e, em consequência, afastar os que não o são. O trabalho, assim, preenche o tempo do sujeito, a mente do sujeito ou, de outra forma, o trabalho seria uma espécie de prática social que sustenta uma função normalizadora – e, possivelmente, moral, no sentido apontado por Lima (1988) – do sujeito que cumpre pena na APAC.

Um aspecto que merece destaque, no âmbito desse enunciado (003), é a tentativa de consolidação da imagem da APAC como um ambiente prisional. E25 sugere o fato de que os centros de reintegração da APAC são, por vezes, associados a um espaço de execução penal mais “confortável”, haja vista a menção feita à expressão “hotel cinco estrelas”. Mais especificamente, em seu discurso, E25 coloca: “Elas não estão aqui em um hotel cinco estrelas, não. Elas estão aqui pra cumprir pena”.

No fragmento discursivo (004), é atribuído à APAC um sentido de redenção:

(004) É, para alguns aqui a APAC é a última porta que está se abrindo. Pra quem já passou por clínicas, já foi preso muitas vezes, já perdeu sua família, já perdeu sua identidade, já perdeu sua saúde. Alguns chegam quase mortos na APAC, cheios de doenças. Pra muitos, a APAC é a última porta. Tem muitas mulheres aqui, que hoje você vê elas bonitas assim, se você visse como elas chegaram aqui. Nossa, terrivelmente feias. Molambo. Elas fediam, era pele e osso, filhas do crack. E hoje estão bonitas, o cabelo bonito, cozinhando, trabalhando, cantando, sorrindo. São mulheres bonitas, transformadas e tudo. É o milagre da transformação acontecendo já (E8).

E8, implicitamente, sugere a trajetória de marginalização feita por muitas das mulheres antes de chegar à APAC. A passagem por clínicas e, subentende-se que por outras prisões (“[...] já foi preso muitas vezes [...]”), atuaria apenas de maneira a despojar o sujeito de sua “saúde”, de sua própria “identidade”. Para E8, cumprir pena no âmbito da APAC representa o resgate e, portanto, a “transformação” de muitos aspectos (no caso do enunciado, os que tangem à aparência física das mulheres,

por exemplo) que constituiriam os sujeitos desviantes. Compõe-se assim o referido discurso (004) a partir do uso de metáforas como “última porta”, no intento de inscrever a APAC numa perspectiva de derradeira esperança de emenda para aqueles sujeitos que estão envolvidos na criminalidade, ou para as chamadas “filhas do crack”, outra metáfora utilizada que busca referir-se às mulheres presas por tráfico. Essa noção reforça a cultura da submissão das recuperandas à organização.

Permanecendo (ou não) na APAC

Aktouf (1994) assevera que as manifestações culturais são conformadas por elementos que se acham em contínuas relações dialéticas, elementos que, de certo modo, estabelecem a ligação entre o imaterial e o material. Este autor aponta ainda que a investigação das manifestações culturais perpassa, por exemplo, a consideração das condições de vida e experiências subjetivas das pessoas que compõem as organizações. Assim, procurou-se desvelar alguns aspectos que demarcam as condições de vida dos sujeitos na APAC feminina. Como estas condições são impostas, “negociadas”, significadas, ressignificadas ou até mesmo rompidas? Os discursos (005), (006), (007) e (008) fornecem elementos que, em grande medida, elucidam essa indagação.

Especificamente, o discurso (005) remete ao chamado Método APAC, o qual se poderia entender como sendo um conjunto de princípios que demarcaria os modos considerados legítimos (e, logo, os ilegítimos) de o sujeito ser, se relacionar na APAC.

(005) Bom, o Método da APAC é muita coisa. Mas, por exemplo, pederastia não pode, é errado mesmo, né. Não pode ser chamada de apelido. Fala que aqui é recuperanda ajudando recuperanda. Mas, no meu modo de ver (risos), é uma recuperanda afundando a outra. Olha, mas pederastia aqui realmente não tem. As regras pra fazer as orações todo mundo segue. Agora, o resto, sinceramente, não tem como seguir aquilo tudo do método não, não tem como, porque é muita coisa né, e no dia-a-dia, né, já viu (E23).

Em (005), E23 descreve o Método APAC sob o tema implícito do que é proibido. Neste referido fragmento discursivo, delinea-se a noção de controle. Primeiro, o controle das relações sociais, o qual aparece na forma de condenação das relações homossexuais: “Mas, por exemplo, pederastia não pode, é errado mesmo, né”. Pela seleção lexical “Não pode ser chamada de apelido”, vislumbra-se também uma referência ao exercício do controle da linguagem. Além disso, E23 menciona a existência de princípios que regulam a relação dos sujeitos com um determinado sistema de crenças religiosas: “As regras pra fazer as orações todo mundo segue”.

Todavia, no depoimento (005), o discurso que se destaca é o da resistência do sujeito na sua maneira de relacionar-se com o que constitui o Método da APAC. Compondo um dos elementos do método, a máxima do “recuperanda ajudando recuperanda” pretende estimular a harmonia nas relações entre as mulheres que

cumprem pena na APAC. E23 ressignifica essa máxima fazendo uma alusão aos conflitos que, predominantemente, caracterizam as relações sociais naquele espaço social: “Mas, no meu modo de ver (risos), é uma recuperanda afundando a outra”. O fenômeno da resistência fica ainda mais claro quando a enunciadora pronuncia-se a respeito do modo como as regras que compõem o Método são (des)cumpridas: “[...] o resto, sinceramente, não tem como seguir aquilo tudo do método não, não tem como, porque é muita coisa né, e no dia a dia, né, já viu”.

Mas quais os sentidos produzidos a respeito das experiências do sujeito que cumpre pena não somente com os princípios do Método, mas com tudo que se refira aos padrões de sociabilidade no espaço APAC? Em (006) e (007), os discursos tratam da aceitação do sujeito ao aparato normativo da APAC.

(006) Nossa, meus primeiros dias aqui foi muito difícil porque a APAC, aqui eles tem muita regra. E foi difícil. O meu primeiro dia aqui, nossa. São pessoas diferentes, de crimes diferentes, de mundos diferentes do meu. Foi muito difícil a convivência aqui. Mas, graças a Deus, eu adaptei. E hoje só tenho que agradecer a APAC, não tenho nada contra a APAC. A APAC me ajudou demais. [...] eu tenho que agradecer demais, e não só eu, mas como a minha família também tem que agradecer. Não tenho nada contra. O que eu puder ajudar na APAC, eu estou aí para ajudar. A APAC é muito boa, nossa (E2).

(007) Uai, nos primeiros dias, é difícil, porque na APAC tem as regras, no presídio ou quando você está na rua, você mesmo faz as suas regras. Aqui, você tem que acordar cedo, oração e tudo na hora. Nos primeiros momentos, é difícil para quem não está acostumado com isto. Mas, depois, a gente aprende a cumprir, a ter horário. E é até melhor mesmo pra quando a gente estiver lá fora, que aí, você vai ter horário pra tudo, igualzinho aqui (E13).

Precisamente, a enunciadora de (006) reflete sobre um momento de sua trajetória: o início do cumprimento de pena na APAC. Da reflexão sobre as vivências desse período, E2 admite as dificuldades de relacionar-se com aparatos normativos: “Nossa, meus primeiros dias aqui foi muito difícil porque a APAC, aqui eles tem muita regra”. Explicita-se a ideia de adaptação a esses aspectos que conformariam a vida social na APAC, na seguinte seleção lexical: “Mas, graças a Deus, eu adaptei”. Ademais, o uso do verbo “ser” no passado (“foi”) faz alusão a uma inadequação que não mais existe.

“A APAC é muito boa”, “a APAC me ajudou demais”. Nestas seleções lexicais, E2 recorre à figura de linguagem da prosopopeia ao atribuir, à APAC feminina, organização prisional, a “bondade” e a “disposição para ajudar” o sujeito que “quer” se recuperar. Pressupõe-se, a partir da ênfase colocada sobre a “bondade” da APAC, a submissão do sujeito aos mecanismos constituintes de uma ordem social na referida organização: “O que eu puder ajudar na APAC, eu estou aí para ajudar”. Fica evidente, assim, uma cultura organizacional de submissão, o que seria de esperar em instituições totais (GOFFMAN, 1961).

E13, enunciadora do discurso (007), assim como E2, admite as dificuldades de adequação aos modos e, no caso específico dos elementos discursivos do enunciado (007), aos “tempos” de vida impostos, dificuldades tais percebidas nos períodos iniciais de cumprimento de pena na APAC, pois, em seguida, o sujeito demonstra a sua aceitação aos mecanismos que parecem delimitar a vida social na organização pesquisada. Recorre-se ao tema implícito da “aprendizagem” a fim de evidenciar a adaptação do sujeito ao aparato normativo da APAC.

No fragmento discursivo (007), predomina uma noção do controle, controle que se procura exercer sobre os sujeitos mediante a regulamentação dos seus modos de vida. No âmbito da APAC, a normalização do sujeito passa pelo controle de seu “tempo”. O aparato normativo diz respeito ao “que” fazer e, conseqüentemente, ao “quando” fazer: “Aqui, você tem que acordar cedo, oração e tudo na hora”. A figura do “horário” abarca o sentido de compartimentalização das vivências dos sujeitos em estruturas temporais, o que possibilitaria o controle dos mesmos no espaço social. Nesse caso, o intento parece ser o ajuste dos corpos aos imperativos temporais (FOUCAULT, 1977). Implicitamente, E13 defende o fato de que, na APAC, o sujeito desviante, ao se submeter aos modos (ou “tempos”) de vida impostos (modos incorporados na figura das “regras”), adquire as condições para a sua reinserção social: “Mas, depois, a gente aprende a cumprir, a ter horário. E é até melhor mesmo pra quando a gente estiver lá fora, que aí, você vai ter horário pra tudo, igualzinho aqui”.

Contudo, no espaço social APAC, os sujeitos se submetem e os sujeitos resistem.

(008) Já era para mim ter saído no aberto. Vou te contar a verdade: acabei ingerindo álcool com coca-cola aqui dentro e fui parar no fechado. E agora eles me deram este castigo e agora cabe ao juiz decidir. Porque eu sou viciada, eu tenho problema com álcool. [...] aí, por conta das turbulências aqui, porque a convivência com mulheres é muito difícil. [...] E elas aproveitam tanto que eu tenho problema seríssimo de nervo. Eu tomo remédio controlado para controlar o meu nervo. E então aí elas aproveitam muito. E foi tumultuando aquela coisa dentro de mim, e o único jeito que eu achei para descontar foi a hora que eu pensei assim: ‘Eu já ouvi falar que toma, que quem é alcoólatra toma álcool’. Mas, eu só tomava cerveja. E como eu não estava achando um jeito de desabafar, não tinha ninguém para mim desabafar. Eu acabei descontando o que eu estava sentindo, porque eu não tinha ninguém para mim conversar. E ao invés das recuperandas me darem um apoio, não, elas falavam assim comigo: ‘Não, você pega e apronta no plantão de uma plantonista, que eles te dão o bonde. Bate o pé, você bate o seu pé que você quer seu bonde’. Aqui não é uma ajudando a outra. Então, isto do álcool foi coisa de momento, quando você sente alguma coisa te oprimindo e parece que tudo para você acabou. Foi isso que aconteceu (E1).

No fragmento discursivo (008), E1 estabelece uma reflexão sobre si mesmo, reconhece características próprias que parecem estar situadas no campo de suas limitações como sujeito, quais sejam: a dependência ao álcool (“Porque eu sou viciada,

eu tenho problema com álcool”) e os problemas psíquicos (implícito subentendido a partir de “[...] eu tenho problema seríssimo de nervo. Eu tomo remédio controlado para controlar o meu nervo”). A enunciadora recorre a tais características a fim de justificar o uso que fez de bebida alcoólica no espaço social da APAC feminina, um ato que traduz um sentido de resistência tanto a um dos princípios da ordem social na organização pesquisada (na APAC, proíbe-se a ingestão de bebidas de alcoólicas), mas, principalmente, é uma tática de oposição do sujeito às condições do seu próprio aprisionamento.

Compreende-se que esse ato de E1 abarca a noção de tática, na medida em que esta se apresenta como uma prática contextual e oportunista a fim de gerar resultados imediatos (CERTEAU, 1998). Em dado contexto, ingerir álcool foi o meio que E1 encontrou para amenizar os dramas vividos na prisão. Desse modo, o álcool funciona como uma espécie de lenitivo da desolação sentida pelo sujeito que cumpre pena. Além disso, pode-se dizer que a resignificação de um dos preceitos institucionais ajuda a compor o chamado discurso da resistência. A máxima “recuperanda ajudando recuperanda”, um dos ditos elementos do método APAC (OTTOBONI, 2001), é resignificada a partir da experiência de E1: “Aqui não é uma ajudando a outra”. No caso, poder-se-ia dizer que as ações não legitimadas do sujeito seriam fruto de produções de sentidos “desviantes”, ou, a partir de González Rey (2003), assevera-se que esses comportamentos não legitimados originam da processualidade reflexiva do sujeito, da capacidade de o sujeito posicionar-se de maneira ativa e criativa nos espaços sociais.

A APAC e um de seus simbolismos: o “dia da reflexão”

O entendimento da organização como culturas, no plural (CARRIERI; LEITE-DASILVA, 2010), implica o reconhecimento das inúmeras manifestações simbólicas que perpassam o expressar dos distintos sujeitos, os quais ocupam diferentes posições em diferentes grupos. Uma dessas criações que se consegue apreender da “vivência” na APAC, durante o período de trabalho de campo, tange ao chamado “dia da reflexão”. Em linhas gerais, a compreensão, a partir dos enunciados (009), (010) e (011), é de que os sentidos subjetivos produzidos a respeito do “dia da reflexão” indicam uma noção de controle, controle sobre o “o que” se deve (deveria) pensar ou não na APAC e, principalmente, sobre o “momento”, o “quando” se deve pensar sobre determinados aspectos, que, no caso, parecem se referir ao que, possivelmente, concorreria para a diferenciação entre os espaços sociais de execução penal. O “dia da reflexão” acentua ainda a questão de controle dos corpos, pois neste dia restringe-se ainda mais a mobilidade dos corpos, a fim de que os sujeitos que cumprem pena na APAC (re)tomem consciência de sua situação: a de aprisionamento.

(009) É pra gente refletir sobre o sistema comum. O que as pessoas comem lá, o que eles dão. É igual ao sistema comum mesmo, pra gente refletir o tanto que a APAC é boa pra gente. Pra gente pensar bastante antes da gente cometer algum

erro aqui dentro com risco de ser regredida até mesmo pra penitenciária. Pra gente ter certeza que a gente quer ficar aqui né (E21).

(010) O dia do ato é para refletir, pra refletir. Só que, na verdade, é difícil refletir, porque todo mundo só dorme. Porque a gente levanta cedo todos os dias e então a gente descansa, só dorme. Você não pode fazer nada, nem fumar, e como não pode fazer nada, trabalhar, você deita e dorme. Tem gente que lê a bíblia, lê livros, isto depende de cada um. Não pode trabalhar, não pode fazer nada. É só para refletir mesmo. É igualzinho na penitenciária. [Mas refletir o quê?] Refletir uai, o que a gente passou na penitenciária. Porque aí a gente fica na tranca, come na marmita e até que ainda essa marmita é bem melhor do que a que a gente tinha. Pra gente refletir o que a gente passou lá na penitenciária, para saber o que é que a gente está vivendo hoje [...] (E3).

(011) O ato ressocializador é pra gente refletir o que as pessoas estão passando no presídio, entendeu?! Fechada, só deitada, comendo no 'bandeco', marmita né. Aí é pra gente refletir sobre isso, pra gente pensar: 'Se aqui está ruim, tem lugares bem piores né'. Eles passaram até um filme mostrando o que as pessoas passa nesses lugares pra gente aprender a dar valor em onde a gente está. Apesar de a gente estar presa, a gente está num lugar melhor [...] Eu gosto desse dia, sabe por quê?! Porque eu trabalho muito, aí eu descanso. Mas, é bom pra gente ficar pensando mesmo. Porque aqui no dia-a-dia a gente quase que não tem tempo pra pensar não, porque é o dia inteiro ocupada. [...] Aí, nesse dia, você descansa o corpo e a mente, daí você pode pensar nas coisas, como que está: 'Se lá estava ruim, aqui está bem melhor' [...] (E24).

Explicando de maneira mais detalhada, o "dia da reflexão", "dia do ato" ou "ato ressocializador", consiste numa espécie de dramatização da vida no sistema comum. No âmbito da APAC, busca-se representar, em um dia a cada mês, o que se viveria (ou se vive, no caso de outros sujeitos) no decorrer de todos os dias no contexto do sistema comum. As figuras discursivas da "marmita" ou (ou "bandeco") e do "filme", bem como o permanecer "fechada" ou "de tranca" (isto é, trancada na cela) atuam de modo a resgatar as experiências dos sujeitos em outros espaços sociais da prisão. A alusão a estes elementos que visam reproduzir um dia no sistema comum é feita nos discursos (010) e (011). Em (010), a seleção lexical é: "Porque aí a gente fica na tranca, come na marmita [...]". E em (011), a seleção lexical é a que segue: "O ato ressocializador é pra gente refletir o que as pessoas estão passando no presídio, entendeu?! Fechada, só deitada, comendo no 'bandeco', marmita, né".

Evidencia-se que a proposta de tal "dia da reflexão" abarca a ideia estimular (e/ou direcionar) a consciência do sujeito para com a sua trajetória em um tempo passado, e no lugar sistema comum, com a vivência que se processa em um tempo presente, no lugar APAC. Em outras palavras, com o dia da reflexão, pretende-se suscitar a consciência do sujeito sobre as suas posições (e relações) em dois espaços sociais distintos, o sistema penitenciário comum (cadeias públicas, presídios, penitenciárias) e a APAC (centro de ressocialização). O implícito pressuposto é de que, então, hoje,

o sujeito perceberia a construção de uma trajetória sob melhores condições (sejam de cunho material ou social), o que não ocorreria no espaço social do sistema comum. Por meio da realização do “dia do ato”, o sujeito reconhece a “bondade” da APAC no que tange à oferta de condições que não são desfrutadas por outros sujeitos que ocupam os espaços sociais do sistema comum. Em maior ou menor grau, tomar consciência dessa “bondade” acaba por revelar-se um mecanismo disciplinador, já que, para o sujeito continuar sendo merecedor dessa “generosidade”, deve comportar-se em conformidade com os princípios que regulam as relações sociais naquele meio social, prescrição que se verifica há décadas em outros tipos de organização⁴.

Todavia, o “ato ressocializador” enseja um propósito – isto é, refletir, (re)tomar a consciência sobre algo, o que, no caso, corresponderia ao que foi vivido em espaços sociais da prisão diferentes dos da APAC –, o que acaba sendo ressignificado pelas enunciadoras de (010) e (011). Os sentidos que, de fato, incorporam-se ao ato são os do dia para compensação do sono, dia para o descanso da mente e do corpo. Especificamente, em (010), a enunciadora diz: “O dia do ato é para refletir, pra refletir. Só que, na verdade, é difícil refletir, porque todo mundo só dorme. Porque a gente levanta cedo todos os dias e então a gente descansa, só dorme”. E24, enunciadora de (011), afirma: “Eu gosto desse dia, sabe por quê?! Porque eu trabalho muito, aí eu descanso”. Poder-se-ia entender essas ressignificações como uma espécie de resistência ao discurso do controle, isto é, um tipo de resistência a um mecanismo calcado na premissa de (tentar) controlar a produção de sentidos subjetivos dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as relações entre cultura organizacional e produção de subjetividade em uma instituição total orientou um estudo de caso em uma unidade feminina de um centro de ressocialização. Mais precisamente, foram conduzidas 26 entrevistas semiestruturadas, o que permitiu a obtenção de um material analisado por meio da técnica da análise francesa do discurso. Chegou-se a alguns pontos conclusivos. O primeiro deles é que cultura produz subjetividade. Semelhante relação, prenunciada aqui neste trabalho a partir de elaborações teórico-empíricas desenvolvidas por diferentes autores (ENRIQUEZ, 1997; 2000; FREITAS, 1997; FREITAS, 2002), foi sugerida por depoimentos em que, por exemplo, havia alusão aos modos como os sujeitos se posicionavam (ou eram posicionados) frente ao que se considera como sendo os componentes da dimensão cultural na APAC.

Em um primeiro nível, esse resultado suscita a visão de que as organizações se formam a partir de um conjunto de políticas, processos e práticas que serve aos projetos de dominação ou mobilização subjetiva. Por esta ótica, a tendência é a interpretação dos fenômenos organizacionais como plenamente fundamentados em uma racionalidade maior ou verdadeira, interpretação esta que, em maior ou menor grau, acaba se relacionando a uma espécie de reificação da organização. A organização se personifica ao ganhar vida e sobrepujar os “verdadeiros” sujeitos,

os quais são quase sempre descritos como submissos e, conseqüentemente, "aprisionados" nesse algo maior. Aliado a essa maneira de enxergar as organizações, está ainda o pressuposto comum na área de Administração, que associa a prática social de gestão ao imaginário do controle de tudo e de todos no contexto organizacional.

Todavia, os sujeitos resistem às tentativas de mobilização e controle de suas produções de sentidos ou, de outro modo, pode-se asseverar que os sujeitos exercem seu potencial (re)criador diante de processos ou práticas de cunho normalizador. Os discursos analisados sugeriram que, por vezes, a aceitação e, ainda, a sujeição a um conjunto específico de modos de ser e se posicionar no espaço social, são duas exigências nem sempre cumpridas pelos sujeitos que cumprem pena. Tais sujeitos apresentam comportamentos não legitimados no âmbito da APAC, comportamentos estes pautados tanto em táticas subversivas (CERTEAU, 1998) em relação aos princípios constituintes do que se poderia chamar de ordem social na APAC, bem como em táticas de oposição do sujeito às condições do seu próprio aprisionamento.

Nesse sentido, parte das reflexões que aqui foram apresentadas reforça o questionamento das teorias que propugnam a morte do sujeito ou de um sujeito que sucumbe aos arranjos estruturais e discursivos que constituiriam a realidade social. Retomando os discursos proferidos pelos sujeitos de pesquisa, em linhas gerais se esboça, pois, um quadro composto por um conjunto de relações indicativas de que manifestações culturais que caracterizam a APAC são inseridas numa esfera de produção de modos normalizados de o sujeito ser e se relacionar. Nesse quadro analítico, observou-se a emergência de configurações subjetivas singulares (ou "criativas"), as quais contradizem (ou se "desviam" do, ou rompem com) o que é socialmente reconhecido, abrindo possibilidades de construção de novos processos de subjetivação social. E, baseando-se nesse movimento de significações e ressignificações, ou em um jogo de relações recursivas entre o individual e o social, entre um "eu" e o mundo (ou espaço social APAC) é que se afirma a existência de subjetividades e de culturas na APAC e, logo, da existência de uma dinâmica simbólica na APAC.

Falar da existência de uma dinâmica simbólica em uma organização prisional, isto é, de movimentos contínuos de significação e ressignificação dos diferentes signos, ou falar do que é plural ou mesmo da existência de processos que conservam lógicas, ou melhor, que conservam sentidos para além dos aspectos de cunho normalizador ou totalizante, contribui para um redimensionamento do conhecimento produzido acerca das instituições totais. Assim, com o objetivo de ampliar as zonas de sentido sobre as dinâmicas ou ações e relações que se efetivam nas instituições totais, recomenda-se que novos estudos abordem a análise das relações entre culturas e subjetividade em outros espaços sociais da prisão (organizações do tal "sistema comum", como cadeias públicas, presídios, penitenciárias), bem como em outros tipos de instituição total, precisamente, em espaços sociais como asilos psiquiátricos, mosteiros (conventos) e quartéis.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, C. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, C. N. et al. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J.-F. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1994.
- BEYNON, H. **Trabalhando para a ford**. São Paulo: Paz e terra, 1995.
- CARRIERI, A. P.; LEITE-DA-SILVA, A. R. O entendimento das organizações como culturas: uma alternativa teórico-metodológica. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.
- CASTRO, M. M. P. Ciranda do medo: controle e dominação no cotidiano da prisão. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 57-64, mar./maio 1991.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHANLAT, J.-F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações In: CHANLAT, J.-F. (Org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CUNHA, E. L. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157-178, maio/ago. 2010.
- EISENHARDT, K. Building theories from case study research. **Academy of management Review**, Briarcliff Manor, v. 14, n. 4, p. 532-550, Oct. 1989.
- ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ENRIQUEZ, E. Vida psíquica e organização. In: PRESTES MOTTA, F. C.; FREITAS, M. E. (Org.). **Vida psíquica e organização**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: LÉVY, A. et al. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. **Power/knowledge: selected interviews & other writings 1972-1977**. New York: Pantheon Books, 1980.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- FREITAS, M. E. Cultura organizacional: o doce controle no clube dos raros. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.
- GABRIEL, Y. The unmanaged organization: stories, fantasies and subjectivity. **Organization**

Studies, London, v. 16, n. 3, p. 477-501, May 1995.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. mar./abr. 1995.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HARDY, C.; CLEGG, S. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2.

LIMA, M. E. A. O significado do trabalho humano. In: CARVALHO, A. O. (Org.). **Administração contemporânea: algumas reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 1988.

LIRA, P. O.; CARVALHO, G. M. M. A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 20-31, set. 2002.

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MARTIN, J.; FROST, P. Jogos de guerra da cultura organizacional: a luta pelo domínio intelectual. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OTTOBONI, M. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. São Paulo: Paulinas, 2001.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Dinâmica simbólica nas organizações. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas**. São Caetano do Sul: Difusão, 2010.

SARAIVA, L. A. S.; [CARRIERI, A. P.](#) Introdução: Por que simbolismo organizacional no Brasil? In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. (Org.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007.

SEQUEIRA, V. C. Uma vida que não vale nada: prisão e abandono político-social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 660-671, dez. 2006.

SMIRCICH, L. Concepts of culture and organizational analysis. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v. 28, n. 3, p. 339-358, Sep. 1983a.

SMIRCICH, L. Studying organizations as cultures. In: MORGAN, G. **Beyond method: strategies for social research**. London: Sage, 1983b.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.

STAKE, R. E. The case study method in social inquiry. **Educational Researcher**, Washington, v. 7, n. 2, p. 5-8, Feb. 1978.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

NOTAS

1 Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão da bolsa de Mestrado que permitiu a realização da Dissertação de Mestrado em que foram obtidos dados a partir dos quais se elaborou esse artigo.

2 Muito da explicação dessa expressão sobrevém da natureza das relações de poder. Ao propagar o entrelaçamento entre poder e saber, Foucault (1980; 2004) desfere um golpe às conjecturas modernistas de emancipação do sujeito, ou de que este se veria livre do poder ao ter o conhecimento "verdadeiro" de si mesmo e do mundo em que vive (HARDY; CLEGG, 2001). E disso, surge a ilusão de que não existe sujeito ou não existe uma noção de "eu" para além dos discursos, ou como preferiu Enriquez (2001, p. 27), o sujeito assume uma condição de "[...] um ser falado, um ser agido; ele nunca é um ser falante nem um autor de seus atos".

3 Em todos os centros de reintegração da APAC, masculinos ou femininos, "recuperando(a)" é a palavra considerada correta para a designação dos sujeitos que cumprem pena. Além da justificativa de ser considerado depreciativo se dirigir aos sujeitos como seres "sentenciados(as)", "detentos(as)", "apenados(as)", diz-se "recuperando(a)" porque, ao aplicar de modo integrado os princípios que compõem o método de trabalho da APAC, emergiria a percepção de que "algo perdido está sendo ou vai ser readquirido" (OTTOBONI, 2001).

4 É notável a tentativa de cerceamento do sujeito, de circunscrição a uma esfera "adequada" de comportamento, uma iniciativa que pode ser registrada desde que se instituiu, na Ford Motors Company, em Detroit, o five dollars day. Receber cinco dólares por dia não se tratava apenas da manutenção de um elevado ritmo de produção, mas de assumir um comportamento "superior", digno da remuneração superior (BEYNON, 1995).